

“HISTÓRIA DA ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DE SÃO PAULO: ACERVOS DOCUMENTAIS – SÉRIES DE PROCESSOS DE ESTUDOS DE IMPACTOS AMBIENTAIS (EIA) E RELATÓRIOS DE IMPACTOS SOBRE O MEIO AMBIENTE (RIMA) -1986/ 2007”.

MEGA, Randal Soares¹
MADIO, Telma C. C.²

Resumo: O presente projeto tem como objetivo identificar, pesquisar, diagnosticar e referenciar o acervo documental do setor energético relacionado à implantação e ao desenvolvimento da geração, transmissão e distribuição da energia elétrica no Estado de São Paulo, no período de 1986 a 2007, fundos parcialmente organizados. Os levantamentos serão integrados com a pesquisa histórica, fazendo o contraponto entre a análise historiográfica do setor e a trajetória da preservação de sua memória no período abordado. Dados levantados nessa pesquisa irão compor o banco de dados a ser desenvolvido pelo Projeto Eletromemória da Fundação Energia e Saneamento. Para tanto, serão realizadas pesquisas de campo em acervos públicos e privados que mapearão o respectivo patrimônio documental arquivístico, indicando seu estado de organização e de conservação, através de um inventário da série documental pesquisada.

Palavras-chaves: Arquivo. Classificação. Documentação. Identificação. Inventário. Processos.

¹ Graduando em Arquivologia (UNESP/Marília). Email: mrs-m@hotmail.com . UNESP-Universidade Estadual Paulista. FFCM-Faculdade de Filosofia e Ciências/Marília. Departamento de Ciência da Informação.

² Doutorado em Ciência da Comunicação (UNESP/Marília). Email: telmaccarvalho@marilia.unesp.br . UNESP-Universidade Estadual Paulista. FFCM-Faculdade de Filosofia e Ciências/Marília. Departamento de Ciência da Informação.

1 INTRODUÇÃO

Cabe a este projeto a organização do acervo de acordo com os modernos fundamentos teóricos e práticas da arquivística, partindo da identificação da série de processos EIA-RIMA – que contém inúmeras tipologias documentais referentes a laudos técnicos, etapa inicial da classificação e descrição dos documentos até a elaboração de um instrumento de pesquisa eletrônico que permita o acesso aos documentos pertencentes aos fundos (CESP: CES 1966 -- 1994, e USELPA: USE 1953 -- 1966, do acervo da Fundação e fundo da Duke-Energy 1988 – 2007, empresa privada.

Dentro desse processo o projeto sobre a história da energia se insere como uma forma de mapear, identificar, classificar e descrever a documentação produzida no período de 1986 a 2007. A pesquisa na documentação depositada na fundação e possivelmente dispersa nas várias empresas que serão pesquisadas, refletirão as práticas administrativas e cotidianas dessa empresa no que se refere à Licença Prévia (LP), que deve ser requerida no início do estudo de viabilidade da Usina; a Licença de Instalação (LI), que deve ser obtida antes da realização da Licitação para construção do empreendimento e a Licença de Operação (LO) que deve ser obtida antes do fechamento da barragem. O recorte temporal foi escolhido por se tratar da exigência da legislação ambiental referente ao funcionamento das Usinas Elétricas no Brasil. Assim uma massa documental começou a ser produzida a partir desta data, tanto para as usinas já em funcionamento como para as que fossem ser construídas, resolução CONAMA Nº 024, de 18 de setembro de 1986³.

³ RESOLUÇÃO CONAMA Nº 024, de 18 de setembro de 1986 Publicado no D.O.U de 18/11/86. O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA. no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 48, do Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983, RESOLVE: I - Determinar à sua Secretaria Executiva, que oficie a Procuradoria Geral da República, no sentido de comunicar e solicitar as providências cabíveis, o descumprimento por parte da Centrais Elétricas Brasileiras S-A - ELETROBRÁS e suas subsidiárias, do estabelecido no § 4º do Artigo 10, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, combinado com o § 5º do Artigo 20, do Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983 e Artigo 3º da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986, no que diz respeito a elaboração e apresentação do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental, para fins de licenciamento das usinas hidrelétricas em funcionamento e construção no país.

2 JUSTIFICATIVA

No bojo das exigências de aspecto ambiental vigente na legislação do país a partir da década de 80 do século XX, para a execução de obras que afetem o ambiente natural tem se constatado uma nova e crescente massa documental específica que muito pode contribuir para montar um panorama de antes e depois da instalação de barragens. Para citar apenas alguns documentos exigidos por lei que devem fazer parte dos fundos documentais das usinas temos as licenças ambientais⁴, os Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e Relatórios de Impactos sobre o Meio Ambiente (RIMA)⁵ que ao serem inventariados podem ser muito úteis aos usuários dos acervos. Estes documentos denominados estudos e relatórios de impactos ambientais se constituem como processos por se tratarem de uma juntada de documentos necessários em várias áreas profissionais para que a empresa possa obter as licenças para seu estudo de viabilidade, construção e operação, formando estes processos por sua vez séries por assim dizer.

Resultará, portanto, um retrato dinâmico (pois atualizável) e de alta resolução das feições do patrimônio histórico do setor elétrico paulista, suas formas de organização, seu estado de conservação e seus meios de acesso. Eis o que se objetiva elaborar com uma articulação entre áreas do conhecimento que tomam por objeto as características do registro e aquelas que se detêm no conteúdo e na análise crítica da informação registrada.

O presente projeto temático apresenta três linhas de justificativa que se complementam: o interesse do público em geral, a motivação acadêmica e as necessidades das empresas paulistas do setor elétrico.

Com um acervo que pode ser considerado um dos mais importantes para o estudo da história da energia e da urbanização de São Paulo, a Fundação tem

⁴ RESOLUÇÃO CONAMA nº 6, de 16 de setembro de 1987 Publicada no DOU, de 22 de outubro de 1987, Seção 1, página 17500. *Dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras do setor de geração de energia elétrica.*

⁵ RESOLUÇÃO CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986. Publicada no DOU, de 17 de fevereiro de 1986, Seção 1, páginas 2548-2549. *Correlações:*

- Alterada pela Resolução nº 11/86 (alterado o art. 2o)
- Alterada pela Resolução nº 5/87 (acrescentado o inciso XVIII)
- Alterada pela Resolução nº 237/97 (revogados os art. 3o e 7o)

Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental.

disponibilizado para o público que visita suas unidades, composto inclusive por escolares, uma pequena parte das informações de seu acervo, mas seu potencial de divulgação é muito maior do que tem sido possível realizar até agora. Analisando a reestruturação do setor de energia elétrica no Brasil contemporâneo, um especialista considera que, independentemente de as empresas envolvidas serem privadas ou estatais, “no campo dos serviços públicos, a experiência no Brasil e em outros países tem demonstrado que o controle social e a regulação democrática têm sido os únicos instrumentos eficazes para buscar o controle da qualidade, a modicidade das tarifas e preços e a universalização do acesso“. A memória do setor elétrico paulista deve, portanto, ser um elemento que contribua para com esse controle social, desde que efetivamente espelhe sua construção histórica e que se viabilize o acesso democrático a essas informações. Esta é em essência a justificativa mais geral possível do presente projeto, cujo foco é delinear a trajetória do patrimônio histórico da indústria de produção de energia elétrica no Estado de São Paulo, desde sua origem, no final do século XIX, com destaque para o pioneirismo das pequenas empresas privadas que se multiplicavam pelo interior do Estado e das grandes companhias canadense (Light) e americana (Amforp), que marcou o início do desenvolvimento do setor elétrico paulista, passando pelas fases de estatização nos anos 1950 e 1960 (com a criação da CESP), e de implementação de um novo modelo de privatização, nos anos 1990, até atualmente, quando o setor elétrico vive momentos de expectativa em torno de sua capacidade de atender o país.

Quanto ao interesse acadêmico por informações sobre a história do setor elétrico, várias pesquisas em nível de graduação e pós-graduação foram realizadas tendo como suporte o acesso a alguns dos arquivos gerenciados pela Fundação Energia e Saneamento. Basta citar a lista de publicações Memória Energia (que sucedeu à revista Memória) e História & Energia, que contaram com importantes colaboradores acadêmicos de diversas instituições brasileiras, além dos anais do I Seminário Nacional e II Seminário Internacional de História e Energia, entre outras publicações.

Cumprindo ainda destacar alguns aspectos da problemática do tratamento de documentos da história da eletricidade paulista para que todas as necessidades e

interesses ligados ao seu acesso possam ser equacionados. A experiência, inclusive das dificuldades, com o tratamento arquivístico dado ao acervo recolhido pela Fundação junto a suas instituidoras é o ponto de partida metodológico desta Pesquisa. O acervo recebido originário especialmente da Eletropaulo e CESP, correspondem à atuação dessas empresas na geração, transmissão e distribuição de Energia Elétrica ao longo de boa parte do século XX.

3 OBJETIVOS GERAIS

Em termos gerais, este projeto tem o objetivo de desenvolver uma pesquisa para o estabelecimento e aproveitamento do potencial historiográfico, documental e arquivístico do acervo das empresas elétricas do Estado, tanto para uso público quanto acadêmico e empresarial. Para tanto, será feito o diagnóstico do patrimônio documental/arquivístico do setor, relacionado à implantação e ao desenvolvimento da geração, transmissão e distribuição da energia elétrica no Estado de São Paulo, no período de 1986 a 2007. Os dados obtidos nessa pesquisa serão inseridos no banco de dados a ser desenvolvido pelo Projeto Eletromemória, da Fundação Energia e Saneamento.

3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Mapear nas massas documentais que se encontram depositadas em locais diferentes, documentos referentes à exigência ambiental legal para construção de obras de geração e sistema de transmissão de energia. Documentos estes que dizem respeito à Licença Prévia (LP), que deve ser requerida no início do estudo de viabilidade da Usina; a Licença de Instalação (LI), que deve ser obtida antes da realização da Licitação para construção do empreendimento e a Licença de Operação (LO) que deve ser obtida antes do fechamento da barragem (CONAMA, Nº 6, 06/09/1987), entre outros dispostos em lei, formando assim os processos de Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e Relatórios de Impactos sobre o Meio Ambiente (RIMA).

Como resultado final específico este projeto prevê além de discutir os métodos arquivísticos e a organicidade dos documentos em questão, elaborar um inventário que conste toda a documentação de proveniência das usinas que satisfaçam a legislação ambiental.

4 METODOLOGIA

4.1 COMPONENTE ARQUIVÍSTICO

A lei sobre a política nacional de arquivos públicos e privados determina que “os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias”⁶⁻⁷; além disso, “são também públicos os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por instituições de caráter público, por entidades privadas encarregadas da gestão de serviços públicos no exercício de suas atividades”⁸. Os processos de privatização das empresas de energia, ocorridos durante a década de 1990, criaram uma situação interessante do ponto de vista da Arquivística. A partir das novas empresas concessionárias, os seus documentos passaram a fazer parte daqueles que permanecem entre os dois conjuntos – públicos e privados – devido ao serviço público prestado por empresas privadas.

Um dos aspectos importantes a considerar é a continuidade e abrangência temporal dos acervos custodiados pela Fundação. Durante o processo de criação da Fundação Energia e Saneamento, foram recolhidos os documentos considerados históricos pelas empresas instituidoras. Sendo assim, foi estabelecida uma linha de corte que passava pela documentação custodiada pelos Departamentos de Patrimônio Histórico e Centros de Memória existentes nas empresas naquela época. Como a Lei de Arquivos determina que “a cessação de atividade de instituições públicas e de caráter público implica o recolhimento de sua documentação à instituição arquivística pública ou a sua transferência à instituição sucessora”, considerou-se adequado

⁶ CONARQ - Arquivo Nacional Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Seção: Leis e Decretos-Leis. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

⁷ CONARQ - Arquivo Nacional Resolução nº 17, de 25 de julho de 2003. Seção: Resoluções do CONARQ. Dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional.

⁸ CONARQ - Arquivo Nacional Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002. Seção: Decretos Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

distribuir os documentos, de acordo com os critérios previamente utilizados pelas empresas. A Fundação recebeu os documentos considerados históricos, cujas datas-limite não ultrapassaram o ano de 1998. A partir da criação das novas empresas, a documentação considerada de relevância administrativa ou técnica foi transferida às sucessoras, de acordo com o que determina a lei⁹. Esse processo, que levou à dispersão dos fundos existentes, criou uma dificuldade para a preservação da integridade da documentação histórica de cada empresa – tanto aquela anterior ao período da privatização, mas que mantém seu valor primário (administrativo ou técnico), quanto daquela que está sendo produzida ao longo dos últimos anos.

Uma decorrência da fragmentação dos acervos que está em curso e que se tornará cada vez mais complexa é a perda da organicidade dos arquivos das empresas de energia. “É muito importante lembrar o caráter orgânico da documentação arquivística. Um documento solto, fora de seu contexto de produção, não fornece a idéia exata dos motivos pelos quais foi criado”¹⁰. Com isso, a qualidade da pesquisa histórica fica comprometida, uma vez que os acervos fragmentados tendem a fornecer informações também fragmentárias, incorrendo no risco de erros de interpretação, ou impossibilidade de comprovação científica de teses levantadas. A dispersão dos fundos, muitas vezes incontornável por questões administrativas, deve ser revertida, tanto quanto possível, na fase permanente da documentação, retomando a organicidade existente na produção¹¹.

⁹ CONARQ - Arquivo Nacional Resolução nº19, de 28 de outubro de 2003. Seção: Resoluções do CONARQ Dispõe sobre os documentos públicos que integram o acervo das empresas em processo de desestatização e das pessoas jurídicas de direito privado sucessoras de empresas públicas.

¹⁰ PAZIN, Marcia. Arquivos de Empresas: tipologia documental. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005.

¹¹ BELLOTTO, Heloísa L. Dispersão e reintegração de fundos. In: Arquivos Permanentes: tratamento documental. 2ª edição, revista e ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

5 PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO

A - 1º e 2º meses: preparação e treinamento, aplicação de testes das planilhas a serem levadas a campo;

B – 3º ao 5º meses: pesquisa de campo nas empresas e instituições. Tabulação dos dados e elaboração de relatório parcial;

C - 6º mês: seminário interno, reunindo todas as equipes, para discussão sobre o andamento dos trabalhos e finalização do relatório parcial;

D – 7º ao 10º mês: sistematização dos dados coletados nas empresas. Formatação do banco de dados e sua alimentação.

E – 11º e 12º meses: Conclusão das análises de dados coletados e da alimentação do banco. Testes finais de funcionalidade do banco de dados. Finalização do relatório anual. Como este trabalho valerá como trabalho de conclusão de curso será entregue a faculdade (UNESP/Marília) uma cópia do resultado final da pesquisa.

atividades	1º e 2º meses	3º ao 5º meses	6ºmês	7º ao10ºmeses	11º e 12º meses
Preparação, seleção, treinamento e aplicação de testes das planilhas a serem levadas a campo					
pesquisa de campo nas empresas e instituições					
seminário interno, reunindo todas as equipes, para discussão sobre o andamento dos trabalhos e finalização do relatório parcial					
sistematização dos dados coletados nas empresas					
Conclusão das análises de dados coletados e da alimentação do banco. Finalização do relatório anual.					

6 FORMA DE ANÁLISE DOS RESULTADOS

Estão sendo propostas as seguintes formas de análise pública de resultados que possam subsidiar os mecanismos institucionais de avaliação da Fapesp:

- a) Avaliação dos órgãos ligados a patrimônio histórico e das empresas elétricas sobre o produto do banco de dados da FPHES;
- b) Adesão e participação do público acadêmico e técnico nos eventos propostos, garantindo-se a circulação ampla dos resultados;
- c) Quantificação de pesquisas presenciais e de acessos ao banco de dados.

7 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Márcio Wohlers de. Estado e energia elétrica em São Paulo: Cesp, um estudo de caso. Campinas: Unicamp (Dissertação de Mestrado), 1980.

ARQUIVO NACIONAL. Projeto conservação preventiva em bibliotecas e arquivos. Rio de Janeiro.

_____. Gestão de Documentos: conceitos e procedimentos básicos Rio de Janeiro. 1995 (Publicações Técnicas, 47).

_____. Manual de levantamento da produção documental. Rio de Janeiro. 1986 (Publicações Técnicas, 44).

_____. Manual de Identificação de acervos documentais para transferência e/ou recolhimento aos arquivos públicos. Rio de Janeiro. 1985 (Publicações Técnicas, 40).

BELLOTO, Heloísa L. (Coord.); CAMARGO, Ana Maria. A. Dicionário de terminologia arquivística. São Paulo: AAB-SP, Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

BELLOTO, Heloísa L. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

_____. Arquivos permanentes: tratamento documental. 2. ed. Revisada e ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BERNARDES, Ieda Pimenta. Como avaliar documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto Como Fazer, vol.1).

BOA NOVA, Antônio Carlos. Percepções da cultura da CESP. São Paulo: Escrituras, 2000.

CASSARES, Norma Cianflone, MOI, Cláudia. Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000. (Projeto Como Fazer, 5).

CINTRA, A. M.; TÁLAMO, M. F. G. M.; KOBASHI, N. Y.; LARA, M. L. G. Para entender as linguagens documentárias. 2. ed. 96 p. São Paulo: Polis, 2002.

COMECHE, J. A. M.. El processo informativo-documental (Em: YEPES, J. L. Manual de ciências de la documentación -Documentation guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri. Madrid: Pirâmide. 2002 ISO 2788-1986 – 2. ed..

CRUZ MUNDET, José Ramón. Manual de Archivística. 2. ed. Madrid: Fundación Sánchez Ruiperez, 1994.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. Arquivo & Administração. Rio de Janeiro. v. 10-14, p. 14-33, abr. 82 / ago. 86. Tradução de Maria Amélia Gomes Leite.

DURANTI, Luciana. Diplomática: usos nuevos para una antigua ciência. Córdoba. 1995. Tradução de Manuel Vasquez.

_____. The concept of appraisal and archival theory. The American Archivist. Chicago. 1994. (II.) v. 57, n. 2pg. 328-344.

ESCOBAR, Luis F. S.. Como identificar y denominar una serie documental: propuesta metodológica. Biblios, año 5, nº. 20, oct.-dic. 2004, Colômbia.

GONÇALVES, Janice. O papel-chave da identificação tipológica nas atividades arquivísticas. São Paulo. Boletim do Arquivo, 2002. v. 4, n. 2, jul. / dez.

_____. Como classificar e ordenar documentos de arquivo. São Paulo. Arquivo do Estado, AAB-SP. 1998. (Como Fazer, 2).

GOULART, Silvana. Patrimônio documental e história institucional. São Paulo. ARQ-SP, 2005. Edição revista e atualizada.

GUINCHAT, C.; MENO, M. Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação. Brasília: IBICT, 1994. 501 p.

HEREDIA, Antonia. Gestión de documentos, archivística general: teoría y práctica. Sevilla. Diputación Provincial, 1991.

ISAAR (CPF): Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. Tradução de Vitor M. M. da Fonseca. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

ISAD (G): Norma geral internacional de descrição arquivística. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

LANCASTER, F. W. Vocabulary control for information retrieval. Arlington: Information Resources, 1986.

LARA, M. L. G. Linguagens documentárias, instrumentos de mediação e comunicação São Paulo Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação jan./ jun.1993 v.26, n.1-2, p.72-80.

LARA, M. L. G. A representação documentária: em jogo a significação. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, USP, 1993. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação).

LEGISLAÇÃO/disponível:www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm, acesso em 15/04/2008, 19h21.

LEGISLAÇÃO/disponível:www.mma.gov.br/port/conama/processos/61aa3835/livroconama.pdf, acesso em 15/04/2008, 19h00.

GÓMEZ, Pedro López. Los archiveros y sus investigaciones. Métodos de Información. V. 5, n. 22-23, 1998, p. 37-43. Disponível em <http://eprints.rclis.org/archive/00001743/>, acesso em 29/03/2008.

LUCCAS, Lucy; SERIPIERI, Dione. Conservar para não restaurar: uma proposta para preservação de documentos em bibliotecas. Brasília: Thesaurus, 1995.

PAIXÃO, Lindolfo Ernesto. CESP: 30 anos de operação. São Paulo: CESP, 1988.

_____. Memórias do Projeto RE-SEB: a história da concepção da nova ordem institucional do setor elétrico brasileiro. São Paulo: Massao Ohno, 2000.

PAZIN, Marcia C. C. Arquivos de empresas: tipologia documental. São Paulo: ARQ-SP, 2005.

SETTIS, S. Warburg continuatus: descrição de uma biblioteca (Em: BARATIN, M., JACOB, C. - O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente) Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p.108-154.

SCHELLENBERG, T. R. Arquivos modernos: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SPINELLI JR., Jayme. Conservação de acervos bibliográficos e documentais. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997.

TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Linguagem documentária. Volume 1. São Paulo: Associação Paulista de Bibliotecários, 1997. 25 p.

_____. Terminologia e documentação. Tradterm. São Paulo, 2001. v. 1, n. 7, p. 141-151.

THE BRITISH LIBRARY. Preservação de documentos: métodos e práticas de salvaguarda. Salvador: EDUFBA, 2000. Tradução de Zeny Duarte de Miranda Magalhães dos Santos.